

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A direção da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais ITR referentes ao segundo trimestre de 2011 (2T11). Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas do relatório de revisão especial dos Auditores Independentes.

NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita bruta da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS foi de R\$1.304,7 milhões 1º semestre de 2011. O quadro abaixo destaca os principais resultados consolidados do 1º semestre de 2011 comparativamente ao 1º semestre de 2010.

Informações financeiras consolidadas	Em milhões de R\$		Varição
	1S11	1S10	%
Receita bruta	1.304,7	1.587,4	(17,8)
Receita operacional líquida	1.077,5	1.336,0	(19,3)
Custo dos produtos vendidos	(847,7)	(1.109,0)	(23,6)
Lucro bruto	229,8	227,0	1,2
<i>(% sobre vendas líquidas)</i>	21,3%	17,0%	
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(205,1)	(208,7)	(1,7)
Depreciação e amortização	57,8	61,6	(6,2)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e outros não recorrentes	24,0	18,4	30,4
<i>(% sobre vendas líquidas)</i>	2,2%	1,4%	
Lucro (prejuízo) líquido	(140,7)	18,8	-
Lucro (prejuízo) por ação (R\$/ação)	(0,8677)	0,0946	-
Quantidade de ações (mil)	116.552	116.552	-
Volume de vendas (toneladas mil)	61,7	99,4	(37,9)
Preço médio (em Reais por quilo)	17,46	13,44	29,9

Abaixo reproduzimos os comentários individuais da nossa controlada Springs Global Participações S.A. e da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9
Companhia Aberta

Margem bruta aumentou 3,3 pontos percentuais passando de 15,3% no segundo trimestre de 2010 para 18,6% no segundo trimestre de 2011

- Participação do mercado brasileiro nas vendas consolidadas da Springs Global evoluiu de 41,8% no 2T10 para 51,0% no 2T11;
- Margem bruta aumentou 3,3 pontos percentuais passando de 15,3% no segundo trimestre de 2010 para 18,6% no segundo trimestre de 2011;
- A mmartan[®] encerrou o segundo trimestre de 2011 com 149 lojas contra 111 lojas no final do segundo trimestre de 2010;
- A Companhia decidiu reestruturar suas operações nos EUA provisionando R\$37,0 milhões para “impairment” de ativos que não mais serão utilizados e outros. As provisões não impactaram o caixa;
- Em virtude destes ajustes na operação americana, a Companhia baixou ativos fiscais reconhecidos em anos anteriores. Trata-se de medida que não teve qualquer impacto no caixa e a Companhia tem ainda aproximadamente 17 anos para poder se utilizar destes créditos fiscais que continuam válidos nos seus livros fiscais;

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Montes Claros, 15 de agosto de 2011 – A Springs Global Participações S.A. (BOVESPA: SGPS3, Bloomberg: SGPS3:BZ), líder no mercado de produtos têxteis de cama, mesa e banho para o lar, submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e suas demonstrações contábeis intermediárias individuais consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais ITR referentes ao segundo trimestre de 2011 (2T11). Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas do relatório de revisão especial dos Auditores Independentes. As seguintes informações financeiras e operacionais da Springs Global Participações S.A. (“Springs Global” ou “Companhia”) são apresentadas em base consolidada e as comparações são relativas ao segundo trimestre de 2010 (2T10), exceto onde estiver indicado de outra forma.

Vendas líquidas por categoria de vendas

No primeiro semestre de 2011, as vendas brutas consolidadas alcançaram R\$1.125,0 milhões contra R\$1.416,0 milhões no primeiro semestre de 2010. As vendas líquidas consolidadas decresceram 23,2%, de R\$1.198,5 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$920,2 milhões no primeiro semestre de 2011. O preço médio no primeiro semestre de 2011 aumentou em 24,2%. No segundo trimestre de 2011, as vendas líquidas consolidadas decresceram 25,9%. O volume de vendas em toneladas no trimestre caiu 39,1% e o preço médio subiu 21,7%.

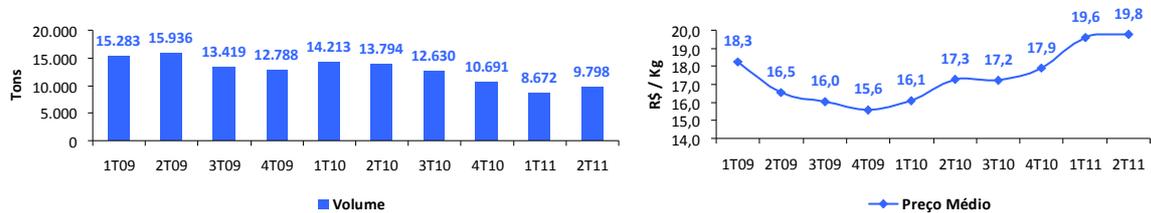
A tabela abaixo contém, para os períodos indicados, vendas líquidas, volumes em toneladas e preço médio por categorias de vendas.

Categoria de vendas	Vendas líquidas (R\$ milhões)					Volumes em toneladas					Preço médio (R\$/Kg)		
	2T11	% do total	2T10	% do total	% var 11-10	2T11	% do total	2T10	% do total	% var 11-10	2T11	2T10	% var 11-10
<i>Fashion bedding</i>	194,3	43,4%	238,7	39,5%	(18,6%)	9.798	36,9%	13.794	31,6%	(29,0%)	19,83	17,30	14,6%
Banho	62,7	14,0%	121,2	20,0%	(48,3%)	3.877	14,6%	9.517	21,8%	(59,3%)	16,17	12,74	26,9%
<i>Utility bedding</i>	43,8	9,8%	69,7	11,5%	(37,2%)	5.436	20,5%	8.245	18,9%	(34,1%)	8,06	8,45	(4,6%)
Produtos intermediários	61,3	13,7%	85,2	14,1%	(28,1%)	7.469	28,1%	12.091	27,6%	(38,2%)	8,21	7,05	16,5%
Outros	85,9	19,1%	89,8	14,9%	(4,3%)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	448,0	100,0%	604,6	100,0%	(25,9%)	26.580	100,0%	43.647	100,0%	(39,1%)	16,85	13,85	21,7%

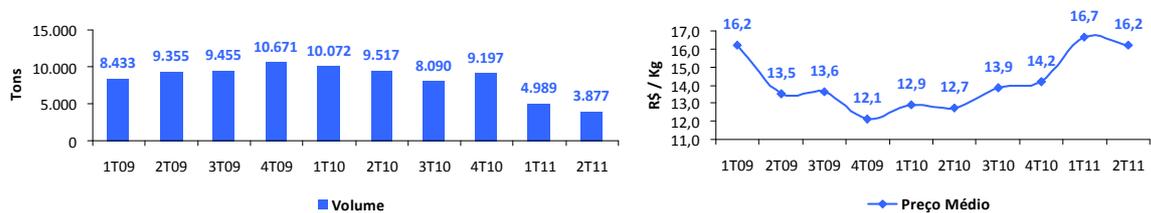
Categoria de vendas	Vendas líquidas (R\$ milhões) no semestre findo em 30 de junho de					Volumes em toneladas no semestre findo em 30 de junho de					Preço médio (R\$/Kg) no semestre findo em 30 de junho de		
	2011	% do total	2010	% do total	% var 11-10	2011	% do total	2010	% do total	% var 11-10	2011	2010	% var 11-10
<i>Fashion bedding</i>	364,5	39,6%	467,4	39,0%	(22,0%)	18.470	33,8%	28.007	31,6%	(34,1%)	19,73	16,69	18,2%
Banho	145,9	15,9%	251,4	21,0%	(42,0%)	8.866	16,2%	19.589	22,1%	(54,7%)	16,46	12,83	28,3%
<i>Utility bedding</i>	89,1	9,7%	136,1	11,4%	(34,5%)	11.220	20,5%	16.419	18,5%	(31,7%)	7,94	8,29	(4,2%)
Produtos intermediários	145,5	15,8%	170,1	14,2%	(14,5%)	16.165	29,5%	24.522	27,8%	(34,1%)	9,00	6,94	29,7%
Outros	175,2	19,0%	173,5	14,4%	1,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	920,2	100,0%	1.198,5	100,0%	(23,2%)	54.721	100,0%	88.537	100,0%	(38,2%)	16,82	13,54	24,2%

Vendas líquidas *Fashion bedding* – O decréscimo de 18,6%, passando de R\$238,7 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$194,3 milhões no segundo trimestre de 2011, reflete um decréscimo do volume de vendas em toneladas de 29,0% e um aumento do preço médio de 14,6%. No primeiro semestre de 2011, as vendas líquidas decresceram 22,0%, passando de R\$467,4 milhões em 2010 para R\$364,5 milhões em 2011, refletindo um decréscimo do volume de vendas em toneladas de 34,1% e um aumento do preço médio de 18,2%. O aumento do preço médio, de 14,6% no segundo trimestre e de 18,2% no primeiro semestre de 2011 deve-se, principalmente, ao

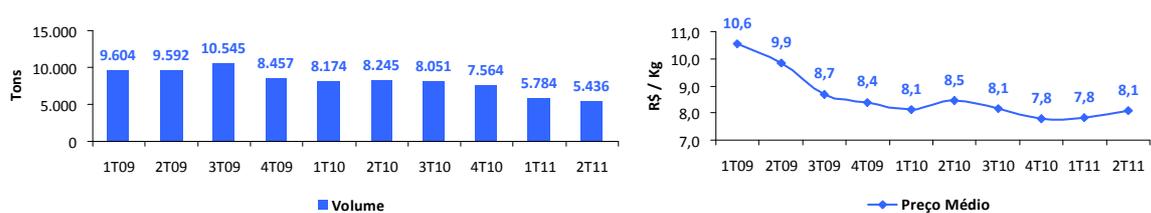
repassa dos aumentos de custos ocasionados pelos preços das commodities e ao aumento da participação das vendas no Brasil no total das vendas da Companhia. O Real se valorizou em 11,9% e 10,5% frente ao Dólar norte-americano na tradução das vendas externas para Reais quando comparado com o mesmo trimestre e semestre do ano anterior, respectivamente.



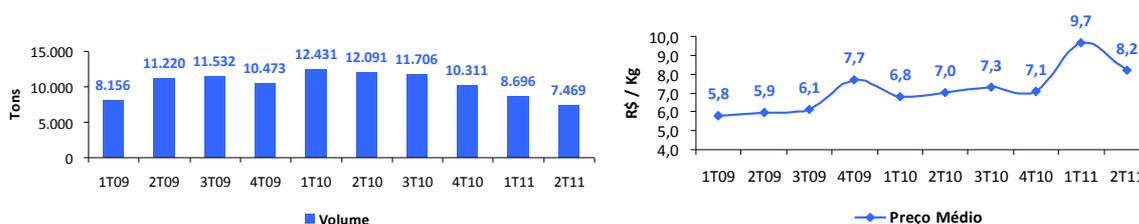
Vendas Líquidas Banho – O decréscimo de 48,3%, passando de R\$121,2 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$62,7 milhões no segundo trimestre de 2011, reflete um decréscimo de 59,3% do volume de vendas em toneladas e um aumento de 26,9% no preço médio. No primeiro semestre de 2011, as vendas líquidas decresceram 42,0%, passando de R\$251,4 milhões em 2010 para R\$145,9 milhões em 2011, refletindo um decréscimo do volume de vendas em toneladas de 54,7% e um aumento do preço médio de 28,3%. O decréscimo do volume de vendas em toneladas deve-se, principalmente, à queda de vendas no mercado norte-americano. O aumento do preço médio no segundo trimestre e no primeiro semestre de 2011 deve-se, principalmente, ao repasse dos aumentos de custos ocasionados pelos preços das commodities e ao aumento da participação das vendas no Brasil no total das vendas da Companhia.



Vendas Líquidas Utility bedding – O decréscimo de 37,2%, passando de R\$69,7 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$43,8 milhões no segundo trimestre de 2011, reflete um decréscimo do volume de vendas em toneladas de 34,1% e um decréscimo do preço médio de 4,6%. No primeiro semestre de 2011, as vendas líquidas decresceram 34,5%, passando de R\$136,1 milhões em 2010 para R\$89,1 milhões em 2011, refletindo uma queda do volume de vendas em toneladas de 31,7% e um decréscimo do preço médio de 4,2%. O decréscimo do preço médio no segundo trimestre e no primeiro semestre de 2011 deve-se, principalmente, à valorização do Real já mencionada.



Vendas líquidas de Produtos intermediários – O decréscimo de 28,1%, passando de R\$85,2 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$61,3 milhões no segundo trimestre de 2011 reflete um decréscimo do volume de vendas em toneladas de 38,2% e um aumento do preço médio de 16,5%. No primeiro semestre de 2011, as vendas líquidas decresceram 14,5%, passando de R\$170,1 milhões em 2010 para R\$145,5 milhões em 2011, refletindo um decréscimo do volume de vendas em toneladas de 34,1% e um aumento do preço médio de 29,7%. O aumento do preço médio deve-se, principalmente, aos reajustes de preços decorrente do aumento dos custos das commodities e à maior participação de tecidos no *mix* de vendas de produtos intermediários. O decréscimo do volume de vendas em toneladas deve-se, principalmente, à ajustes de estoques na cadeia de suprimento em função dos aumentos de preços já mencionados.



Vendas líquidas - Outros – Nesta categoria estão incluídas as vendas da subsidiária indireta mmartan®, as vendas no mercado canadense e outras vendas diversas. As vendas líquidas desta categoria decresceram 4,3%, passando de R\$89,8 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$85,9 milhões no segundo trimestre de 2011. No primeiro semestre de 2011, as vendas líquidas aumentaram 1,0%, passando de R\$173,5 milhões em 2010 para R\$175,2 milhões em 2011.

Desempenho lojas mmartan®

	2T11	2T10	% var 11-10
Número de lojas	149	111	34,2%
Franquias	101	64	57,8%
Próprias	48	47	2,1%

Seguindo o plano de expansão da Companhia, foram inauguradas 5 lojas no segundo trimestre de 2011. A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2011 com 101 lojas franqueadas e 48 lojas próprias. Está planejada para o segundo semestre de 2011 a abertura de aproximadamente mais 22 novas lojas com a bandeira mmartan®.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos decresceu 28,8%, passando de R\$512,2 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$364,6 milhões no segundo trimestre de 2011. No primeiro semestre, o custo dos produtos vendidos decresceu 27,1%, de R\$1.007,5 milhões em 2010 para R\$734,8 milhões em 2011.

A tabela abaixo contém, para os períodos indicados, custos de materiais, custos de conversão e custos de armazenamento e distribuição, bem como a despesa de depreciação dos ativos de produção e distribuição.

(R\$ milhões)	% do total do custo dos produtos vendidos			% do total do custo dos produtos vendidos			% var 11-10
	2T11	% das vendas líquidas		2T10	% das vendas líquidas		
Materiais	250,7	68,8%	56,0%	334,9	65,4%	55,4%	(25,1%)
Custos de Conversão	81,8	22,4%	18,3%	140,4	27,4%	23,2%	(41,7%)
Custos de Armazenamento e Distribuição	8,0	2,2%	1,8%	11,4	2,2%	1,9%	(29,8%)
Depreciação	24,1	6,6%	5,3%	25,5	5,0%	4,2%	(5,5%)
Total	364,6	100,0%	81,4%	512,2	100,0%	84,7%	(28,8%)

Semestre findo em 30 de junho de

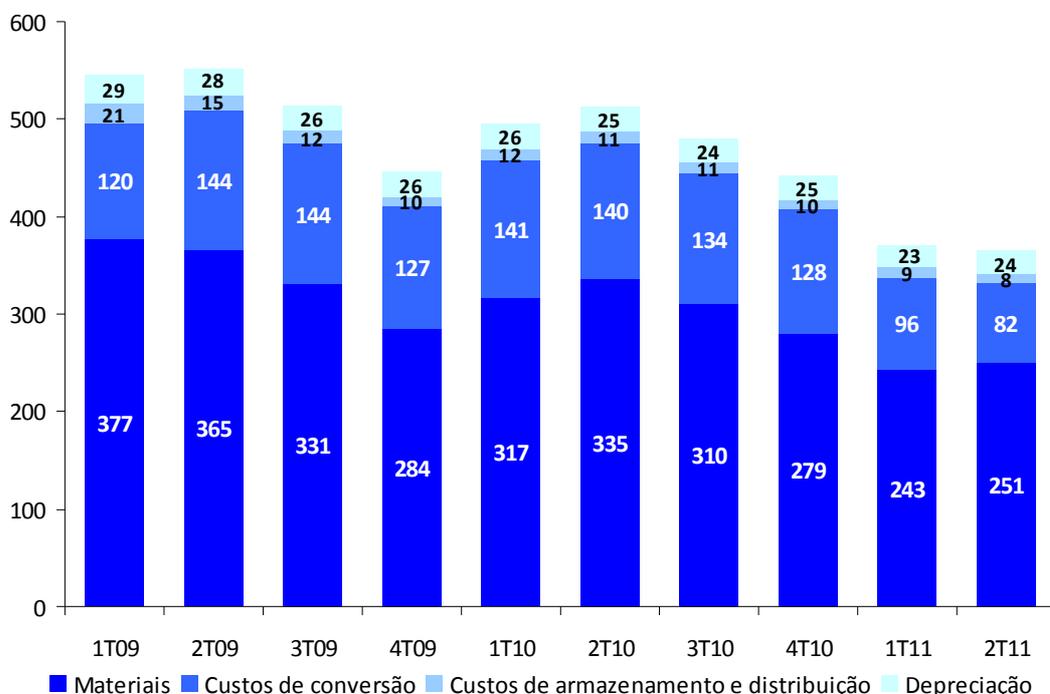
(R\$ milhões)	% do total do custo dos produtos vendidos			% do total do custo dos produtos vendidos			% var 11-10
	2011	% das vendas líquidas		2010	% das vendas líquidas		
Materiais	493,4	67,1%	53,6%	652,3	64,7%	54,4%	(24,4%)
Custos de conversão	176,3	24,0%	19,2%	281,3	27,9%	23,5%	(37,3%)
Custos de armazenamento e distribuição	17,0	2,3%	1,8%	22,9	2,3%	1,9%	(25,8%)
Depreciação	48,1	6,6%	5,3%	51,0	5,1%	4,3%	(5,7%)
Total	734,8	100,0%	79,9%	1.007,5	100,0%	84,1%	(27,1%)

Materiais – Os custos de materiais decresceram 25,1%, passando de R\$334,9 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$250,7 milhões no segundo trimestre de 2011, e 24,4%, passando de R\$652,3 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$493,4 milhões no primeiro semestre de 2011. Em relação às vendas líquidas, os custos de materiais aumentaram de 55,4% no segundo trimestre de 2010 para 56,0% no segundo trimestre de 2011, e decresceram de 54,4% no primeiro semestre de 2010 para 53,6% no primeiro semestre de 2011. O aumento no custo de materiais em relação às vendas líquidas no segundo trimestre de 2011 deve-se, principalmente, ao aumento de custos ocasionados pelos preços das commodities. O decréscimo no custo de materiais em relação às vendas líquidas no primeiro semestre de 2011 deve-se, principalmente, a uma defasagem temporal entre o repasse de preço aos clientes no mercado doméstico, iniciado no primeiro trimestre de 2011, e o momento em que a Companhia recebe efetivamente o aumento de custo das commodities.

Custos de conversão – Os custos de conversão decresceram 41,7%, de R\$140,4 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$81,8 milhões no segundo trimestre de 2011, e decresceram 37,3%, de R\$281,3 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$176,3 milhões no primeiro semestre de 2011. Os custos de conversão decresceram, percentualmente às vendas líquidas, de 23,2% no segundo trimestre de 2010 para 18,3% no segundo trimestre de 2011, e de 23,5% no primeiro semestre de 2010 para 19,2% no primeiro semestre de 2011. Esse decréscimo deve-se, principalmente, à menor participação dos custos de conversão nos custos totais da Companhia em razão das altas dos preços das matérias-primas.

Custos de armazenamento e distribuição – Os custos de armazenamento e distribuição decresceram 29,8%, de R\$11,4 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$8,0 milhões no segundo trimestre de 2011, e 25,8%, de R\$22,9 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$17,0 milhões no primeiro semestre de 2011, refletindo a queda do volume de vendas e a valorização do Real na tradução dos custos da nossa subsidiária americana. Como percentual das vendas líquidas, os custos de armazenamento e distribuição no segundo trimestre e no primeiro semestre de 2011 decresceram de 1,9% para 1,8%, quando comparados com os mesmos períodos do ano anterior.

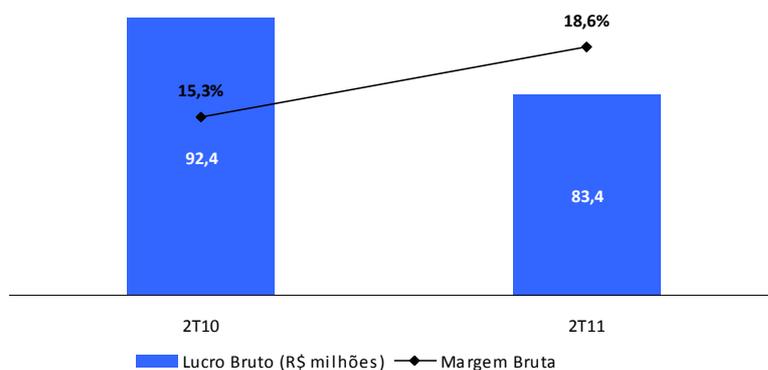
Depreciação dos ativos de produção e distribuição – As despesas de depreciação dos ativos de produção e distribuição foram R\$25,5 milhões no segundo trimestre de 2010 e R\$24,1 milhões no segundo trimestre de 2011. Nos primeiros semestres de 2010 e 2011, as despesas de depreciação dos ativos de produção e distribuição foram de R\$51,0 milhões e R\$48,1 milhões, respectivamente.



Lucro bruto e Margem bruta

Lucro bruto – O lucro bruto decresceu 9,7%, de R\$92,4 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$83,4 milhões no segundo trimestre de 2011, e decresceu 3,0%, passando de R\$191,1 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$185,4 milhões no primeiro semestre de 2011.

Margem bruta – Houve um aumento de 3,3 pontos percentuais na margem bruta, passando de 15,3% no segundo trimestre de 2010 para 18,6% no segundo trimestre de 2011, e um aumento de 4,2 pontos percentuais na margem bruta, passando de 15,9% no primeiro semestre de 2010 para 20,1% no primeiro semestre de 2011.



Despesas operacionais

De vendas – As despesas de vendas decresceram 6,4%, de R\$57,7 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$54,0 milhões no segundo trimestre de 2011, e 2,4%, passando de R\$110,7 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$108,0 milhões no primeiro semestre de 2011.

A tabela abaixo contém, para os períodos indicados, despesas de vendas fixas e variáveis.

(R\$ milhões)	% do total das despesas de vendas			% das vendas líquidas			% var 11-10
	2T11	de vendas	líquidas	2T10	de vendas	líquidas	
Fixas	28,4	52,6%	6,3%	30,3	52,5%	5,0%	(6,3%)
Variáveis	25,6	47,4%	5,8%	27,4	47,5%	4,5%	(6,6%)
Total	54,0	100,0%	12,1%	57,7	100,0%	9,5%	(6,4%)

(R\$ milhões)	Semestre findo em 30 de junho de						
	2011	% do total das despesas de vendas	% das vendas líquidas	2010	% do total das despesas de vendas	% das vendas líquidas	% var 11-10
Fixas	55,1	51,0%	6,0%	57,9	52,3%	4,8%	(4,8%)
Variáveis	52,9	49,0%	5,7%	52,8	47,7%	4,4%	0,2%
Total	108,0	100,0%	11,7%	110,7	100,0%	9,2%	(2,4%)

As despesas fixas de vendas decresceram de R\$30,3 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$28,4 milhões no segundo trimestre de 2011, e de R\$57,9 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$55,1 milhões no primeiro semestre de 2011. Esse decréscimo reflete algumas racionalizações empreendidas pela Companhia e à valorização do Real na tradução das despesas na nossa subsidiária americana.

As despesas variáveis de vendas decresceram de R\$27,4 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$25,6 milhões no segundo trimestre de 2011, e aumentaram de R\$52,8 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$52,9 milhões no primeiro semestre de 2011. Em relação às vendas líquidas, as despesas de vendas variáveis aumentaram de 4,5% no segundo trimestre de 2010 para 5,8% no segundo trimestre de 2011, e de 4,4% no primeiro semestre de 2010 para 5,7% no primeiro semestre de 2011. Como as despesas variáveis de vendas são incorridas, principalmente, no mercado doméstico, a redução das vendas no mercado norte-americano resultou em um aumento percentual dessas despesas variáveis em relação às vendas líquidas.

Gerais e administrativas – As despesas gerais e administrativas decresceram 12,1%, de R\$34,8 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$30,6 milhões no segundo trimestre de 2011, e 12,5%, de R\$70,2 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$61,4 milhões no primeiro semestre de 2011. O decréscimo deve-se, principalmente, algumas racionalizações empreendidas pela Companhia e à valorização do Real na tradução das despesas da nossa subsidiária americana. Em relação às vendas líquidas, as despesas gerais e administrativas aumentaram de 5,8% no segundo trimestre de 2010 para 6,8% no segundo trimestre de 2011, e de 5,9% no primeiro semestre de 2010 para 6,7% no primeiro semestre de 2011. O

aumento em relação às vendas líquidas reflete uma menor absorção das despesas fixas devido à queda das vendas em 2011.

Resultado financeiro

Despesas financeiras - juros e encargos – As despesas financeiras aumentaram de R\$10,4 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$11,0 milhões no segundo trimestre de 2011, devido, em parte, ao aumento dos empréstimos e financiamentos. Nos primeiros semestres de 2010 e 2011, as despesas financeiras foram de R\$20,8 milhões e R\$25,9 milhões, respectivamente.

Despesas bancárias, impostos, descontos e outros – As despesas bancárias, impostos, descontos e outros decresceram de R\$10,4 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$6,6 milhões no segundo trimestre de 2011, e de R\$21,7 milhões no primeiro semestre de 2010 para R\$18,0 milhões no primeiro semestre de 2011.

Receitas financeiras – As receitas financeiras decresceram de R\$3,7 milhões no segundo trimestre de 2010 para R\$3,4 milhões no segundo trimestre de 2011. Esse decréscimo decorre da redução nas disponibilidades médias aplicadas no mercado financeiro no segundo trimestre de 2011, comparado com o segundo trimestre de 2010. Nos primeiros semestres de 2010 e 2011, as receitas financeiras foram de R\$10,0 milhões e R\$10,2 milhões, respectivamente.

Variações cambiais líquidas – O saldo das variações cambiais líquidas passou de uma receita de R\$23,8 milhões no primeiro semestre de 2010 para uma despesa de R\$20,2 milhões no primeiro semestre de 2011. A despesa foi decorrente da apreciação do Real frente ao Dólar norte-americano impactando a posição comprada em Dólar pela Companhia para proteger seus compromissos em moeda estrangeira no primeiro semestre. Esta decisão foi tomada tendo em vista a redução de suas exportações que ofereciam proteção natural a estes compromissos.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

No segundo trimestre e no primeiro semestre de 2011, contabilizamos provisão de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$70,0 milhões e R\$71,5 milhões, respectivamente. A Companhia procedeu ajustes na operação americana que levou à baixa de seus ativos fiscais reconhecidos em anos anteriores. Trata-se de medida que não teve qualquer impacto no caixa e a Companhia tem ainda aproximadamente 17 anos para poder se utilizar destes créditos fiscais que continuam válidos nos livros fiscais da Companhia.

Investimentos de capital

No primeiro semestre de 2011 e 2010, nossos investimentos de capital foram de R\$59,5 milhões e R\$29,5 milhões, respectivamente. O aumento do investimento deve-se, principalmente, à expansão da operação de varejo e à integração vertical da fábrica na Argentina.

Liquidez e financiamento

Excluídas as debêntures subscritas integralmente pela controladora da Companhia, a dívida líquida aumentou R\$163,0 milhões, passando de R\$396,6 milhões em 31 de março de 2011 para R\$559,6 milhões em 30 de junho de 2011. Esse aumento deve-se, principalmente, aos empréstimos realizados para atender às necessidades de capital de giro.

(R\$ milhões)	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Dívida de curto prazo		
Empréstimos e financiamentos	340,5	291,5
Dívida de longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	364,7	213,4
Total da dívida com instituições financeiras	705,2	504,9
Instrumentos derivativos	9,2	(19,8)
Debêntures subscritas pela controladora no circulante	16,2	14,3
Debêntures subscritas pela controladora no longo prazo	8,8	11,4
Total da dívida incluindo debêntures subscritas pela controladora	739,4	510,8
Total da dívida com instituições financeiras e instrumentos derivativos	714,4	485,1
Caixa e equivalentes de caixa	154,7	88,4
Títulos e valores mobiliários	0,1	0,1
Dívida líquida excluindo debêntures subscritas pela controladora	559,6	396,6

Estoques

Os estoques de matéria-prima e secundários aumentaram em R\$53,1 milhões, passando de R\$108,7 milhões em 31 de março de 2011 para R\$161,8 milhões em 30 de junho de 2011. O estoque de produtos em elaboração aumentou R\$43,1 milhões, passando de R\$133,0 milhões em 31 de março de 2011 para R\$176,1 milhões em 30 de junho de 2011. O estoque de produtos acabados aumentou R\$52,9 milhões, passando de R\$251,5 milhões em 31 de março de 2011 para R\$304,4 milhões em 30 de junho de 2011. O estoque de peças de reposição decresceu R\$0,5 milhão, passando de R\$50,9 milhões em 31 de março de 2011 para R\$50,4 milhões em 30 de junho de 2011.

Mercado de Capitais

O volume médio diário de negociação das ações da Companhia no segundo trimestre de 2011 foi de R\$242.197, tendo sido negociadas, em média, 38.262 ações por dia. Durante o segundo trimestre de 2011, o preço mais alto alcançado pelas ações foi de R\$4.85 e o mais baixo de R\$4.00.

A Administração.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

Relatório de desempenho para os primeiros semestres de 2011 e 2010:

Demonstração do resultado consolidado:	% Var 2S11/10	R\$ mil		% sobre as vendas	
		1S11	1S10	1S11	1S10
Vendas brutas	29,8	236.103	181.937	123,9	124,4
Vendas líquidas	30,3	190.573	146.271	100,0	100,0
Custo dos produtos vendidos	32,5	(146.150)	(110.298)	76,7	75,4
Lucro bruto	23,5	44.423	35.973	23,3	24,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	14,7	(23.892)	(20.829)	12,5	14,2
Depreciação e amortização	12,0	4.846	4.327	2,5	3,0
Resultado operacional antes do resultado financeiro	40,4	21.304	15.171	11,2	10,4
Resultado financeiro líquido	44,9	(4.465)	(3.081)	(2,3)	(2,1)
Resultado antes dos impostos	39,3	16.839	12.090	8,8	8,3
Lucro líquido do período	45,2	12.384	8.529	6,5	5,8
EBIT	40,4	21.304	15.171	11,2	10,4
EBITDA	34,1	26.150	19.498	13,7	13,3

Vendas líquidas

As vendas líquidas da Companhia no primeiro semestre de 2011 atingiu R\$190,5 milhões, registrando um acréscimo de 30,3% em relação ao mesmo semestre do ano anterior, que foi de R\$146,3 milhões. O acréscimo foi motivado pelo aumento de preço decorrente de aumento nos custos da matéria-prima algodão.

Lucro bruto e margem bruta

A Santanense apresentou margem bruta no primeiro semestre de 2011 de 23,3%. O lucro bruto alcançou R\$44,4 milhões neste semestre.

Em relação ao primeiro semestre do ano anterior, houve um aumento no lucro bruto de 23,5%. O aumento no custo da matéria-prima impactou os resultados 2º trimestre e irá impactar, em menor proporção, os resultados do 3º trimestre.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas neste semestre foram de R\$23,8 milhões que representou 12,5% das vendas líquidas. No primeiro semestre de 2010, essas despesas somaram R\$20,8 milhões ou 14,2% das vendas líquidas.

Resultado operacional

O EBITDA para o 1º semestre de 2011 atingiu R\$26,2 milhões, representando 13,7% das vendas líquidas. No primeiro semestre de 2010 o EBITDA acumulou

R\$19,5 milhões, representando 13,3% das vendas líquidas. O acréscimo de 34,1% decorreu do aumento nos preços de vendas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido neste semestre foi uma despesa de R\$4,5 milhões e no 1º semestre de 2010 foi R\$3,1 milhões.

Resultado financeiro (consolidado)	R\$ milhões	
	1S11	1S10
Receitas financeiras	1,2	0,4
Juros e encargos financeiros	(3,5)	(2,4)
Varição cambial, líquidas	(1,2)	(0,2)
Despesas bancárias, descontos	(1,0)	(0,9)
Resultado financeiro	(4,5)	(3,1)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido de R\$103,6 milhões ao final de 2010 passou para R\$103,2 milhões em 30 de junho de 2011, registrando um decréscimo de R\$0,4 milhão. O coeficiente de liquidez corrente em 30 de junho de 2011 foi de 2,04, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo a Santanese possui R\$2,04 em recursos de curto prazo.

Passivos e ativos financeiros

O endividamento financeiro consolidado líquido de curto e longo prazo em 30 de junho de 2011 totalizou R\$55,4 milhões contra R\$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um acréscimo de 19,7%. O perfil dos financiamentos em 30 de junho de 2011 era o seguinte:

Vencimento	30.06.11
-----	-----
2011	29,3
2012	16,5
2013	4,3
2014 a 2020	5,3

Total	55,4
	=====

A Administração

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

Demonstrações Contábeis
Intermediárias e
Relatório dos auditores independentes
sobre a Revisão das
Informações Trimestrais (ITR)
Segundo trimestre de 2011

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 24 de março de 2011, que não conteve modificação.

São Paulo, 15 de agosto de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5

Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Sócio-contador
CRC 1SP105866/O-5

Henrique Herbel de Melo Campos
Sócio-contador
CRC 1SP181015/O-3

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.562	29.726	205.344	206.829
Títulos e valores mobiliários	4	11.125	10.845	18.493	16.003
Duplicatas a receber	5	-	-	543.433	584.019
Estoques	6	-	-	761.335	612.216
Adiantamentos a fornecedores	7	138	105	113.383	59.426
Impostos a recuperar	17.d	11.117	13.922	66.806	56.445
Debêntures emitidas por controlada	16	16.195	12.022	-	-
Instrumentos derivativos	21.d	-	-	-	7.087
Outros créditos a receber		30.213	8.965	43.789	25.124
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		74.350	75.585	1.752.583	1.567.149
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	20.449	21.826
Créditos e valores a receber		3.781	-	6.176	7.324
Adiantamentos a fornecedores	7	-	-	6.605	9.003
Partes relacionadas	15	72.736	71.457	29.912	24.047
Debêntures emitidas por controlada	16	8.765	14.033	-	-
Impostos a recuperar	17.d	20.991	20.991	61.261	64.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.c	8.629	8.629	68.784	140.610
Imobilizado disponível para venda	9	-	-	24.473	32.423
Depósitos judiciais	18	77.580	77.465	106.416	106.211
		-----	-----	-----	-----
		192.482	192.575	324.076	406.147
Permanente:					
Investimentos em controladas	8	1.127.108	1.231.034	-	-
Investimentos em coligadas	8	70.660	-	70.660	-
Outros investimentos		4.721	62.323	5.276	62.877
Imobilizado	9	35	54	1.165.163	1.211.753
Intangível	10	2	2	101.105	76.747
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.395.008	1.485.988	1.666.280	1.757.524
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo		1.469.358	1.561.573	3.418.863	3.324.673
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	17.458	-	413.759	357.323
Fornecedores	12	99	78	240.113	218.545
Obrigações sociais e trabalhistas		737	494	63.034	58.516
Impostos e taxas		25	186	12.550	15.275
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	1.429	393	2.008
Dividendos a pagar	14.c	74	754	518	1.774
Instrumentos derivativos	21.d	-	-	9.162	12.030
Outras contas a pagar		1.653	1.767	53.201	51.400
Total do passivo circulante		20.046	4.708	792.730	716.871
NÃO CIRCULANTE:					
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	396.874	216.705
Partes relacionadas	15	18	1.734	8.561	1.197
Concessões governamentais	20	-	-	65.631	63.992
Planos de aposentadoria e benefícios	19	-	-	61.970	69.309
Provisões diversas	18	63.851	63.737	93.934	94.314
Instrumentos derivativos	21.d	-	-	-	32
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	17.c	426	427	5.049	5.051
Outras obrigações		-	-	24.350	38.822
Total do passivo não circulante		64.295	65.898	656.369	489.422
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	14				
Capital realizado		870.000	870.000	870.000	870.000
Reservas de capital		286.308	286.308	286.308	286.308
Reservas de lucros		431.660	431.660	431.660	431.660
Ajuste acumulado de conversão		(100.981)	(92.584)	(100.981)	(92.584)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(3.579)	-	(3.579)
Ações em tesouraria		(838)	(838)	(838)	(838)
Prejuízo acumulado		(101.132)	-	(101.132)	-
Total da participação dos acionistas da controladora		1.385.017	1.490.967	1.385.017	1.490.967
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
		-	-	584.747	627.413
Total do patrimônio líquido		1.385.017	1.490.967	1.969.764	2.118.380
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.469.358	1.561.573	3.418.863	3.324.673

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora			
		01.04.2011	01.01.2011	01.04.2010	01.01.2010
		a	a	a	a
		30.06.2011	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2010
DESPESAS OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas		(4.880)	(9.697)	(2.626)	(4.808)
Honorários da administração		(407)	(838)	(574)	(880)
Equivalência patrimonial	8	(100.485)	(94.309)	4.618	8.887
Outras, líquidas		61	112	(126)	(73)
RESULTADO OPERACIONAL		(105.711)	(104.732)	1.292	3.126
Despesas financeiras – juros e encargos		(606)	(751)	(277)	(363)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(328)	(694)	(123)	(261)
Receitas financeiras		2.773	7.960	3.611	6.752
Variações cambiais líquidas		(1.931)	(2.915)	1.087	3.394
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(105.803)	(101.132)	5.590	12.648
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	17.b	-	-	(581)	(1.413)
Diferido	17.b	-	-	(850)	(207)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(105.803)	(101.132)	4.159	11.028
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(0,9078)	(0,8677)	0,0357	0,0946

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado			
		01.04.2011	01.01.2011	01.04.2010	01.01.2010
		a	a	a	a
		30.06.2011	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	530.115	1.077.538	674.421	1.336.053
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	24	(429.754)	(847.749)	(564.170)	(1.109.019)
LUCRO BRUTO		100.361	229.789	110.251	227.034
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	24	(61.128)	(122.025)	(64.033)	(122.663)
Gerais e administrativas	24	(39.214)	(77.951)	(41.148)	(81.589)
Honorários da administração	24	(2.837)	(5.164)	(2.562)	(4.415)
Equivalência patrimonial	8	(638)	(638)	-	-
Outras, líquidas	26	(32.846)	(35.825)	(1.495)	(1.590)
RESULTADO OPERACIONAL		(36.302)	(11.814)	1.013	16.777
Despesas financeiras – juros e encargos		(15.543)	(32.575)	(10.483)	(20.542)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(6.106)	(16.927)	(9.521)	(19.831)
Receitas financeiras		6.528	18.772	4.695	11.929
Variações cambiais líquidas		(31.268)	(24.305)	14.059	27.025
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(82.691)	(66.849)	(237)	15.358
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	17.b	(178)	(4.759)	(4.517)	(10.406)
Diferido	17.b	(68.377)	(69.108)	13.114	13.866
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(151.246)	(140.716)	8.360	18.818
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores		(105.803)	(101.132)	4.159	11.028
Participação dos acionistas não-controladores		(45.443)	(39.584)	4.201	7.790
		(151.246)	(140.716)	8.360	18.818
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(0,9078)	(0,8677)	0,0357	0,0946

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora			
	01.04.2011	01.01.2011	01.04.2010	01.01.2010
	a	a	a	a
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2010</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(105.803)	(101.132)	4.159	11.028
Outros resultados abrangentes:				
Hedge de fluxo de caixa	93	3.579	(7.786)	(10.118)
Variação cambial de investimentos no exterior	(6.629)	(8.397)	602	5.110
	-----	-----	-----	-----
	(6.536)	(4.818)	(7.184)	(5.008)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(112.339)</u>	<u>(105.950)</u>	<u>(3.025)</u>	<u>6.020</u>
	=====	=====	=====	=====

	Consolidado			
	01.04.2011	01.01.2011	01.04.2010	01.01.2010
	a	a	a	a
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2010</u>
LUCRO (PERJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(151.246)	(140.716)	8.360	18.818
Outros resultados abrangentes:				
Hedge de fluxo de caixa	175	5.270	(11.376)	(14.783)
Variação cambial de investimentos no exterior	(9.511)	(12.006)	811	7.276
	-----	-----	-----	-----
	(9.336)	(6.736)	(10.565)	(7.507)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(160.582)</u>	<u>(147.452)</u>	<u>(2.205)</u>	<u>11.311</u>
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores	(112.339)	(105.950)	(3.025)	6.020
Participação dos acionistas não-controladores	(48.243)	(41.502)	820	5.291
	-----	-----	-----	-----
	(160.582)	(147.452)	(2.205)	11.311
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital-incentivos fiscais	Reserva de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total da participação de acionistas controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		870.000	286.308	33.190	393.089	(87.436)	16.706	(726)	-	1.511.131	637.051	2.148.182
Resultado abrangente:												
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	11.028	11.028	7.790	18.818
Varição cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	379	-	-	-	379	-	379
Reflexo de controladas-												
Varição cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	4.731	-	-	-	4.731	2.166	6.897
Instrumentos derivativos – NDF	21.d.3.3	-	-	-	3.807	-	(13.925)	-	-	(10.118)	(4.665)	(14.783)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente		-	-	-	3.807	5.110	(13.925)	-	11.028	6.020	5.291	11.311
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:												
Dividendos pagos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.165)	(5.165)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.165)	(5.165)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010		870.000	286.308	33.190	396.896	(82.326)	2.781	(726)	11.028	1.517.151	637.177	2.154.328
		=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota expli- cativa	Capital realizado	Reserva de capital incentivos fiscais	Reserva de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total da par- ticipação de acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		870.000	286.308	33.298	398.362	(92.584)	(3.579)	(838)	-	1.490.967	627.413	2.118.380
Resultado abrangente:												
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	(101.132)	(101.132)	(39.584)	(140.716)
Varição cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	(578)	-	-	-	(578)	-	(578)
Reflexo de controladas-												
Varição cambial sobre investimentos	2.1	-	-	-	-	(7.819)	-	-	-	(7.819)	(3.609)	(11.428)
Instrumentos derivativos – NDF	21.d.3.3	-	-	-	-	-	3.579	-	-	3.579	1.691	5.270
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	(8.397)	3.579	-	(101.132)	(105.950)	(41.502)	(147.452)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:												
Dividendos pagos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.164)	(1.164)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.164)	(1.164)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011		870.000	286.308	33.298	398.362	(100.981)	-	(838)	(101.132)	1.385.017	584.747	1.969.764

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(101.132)	11.028	(140.716)	18.818
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	19	19	57.985	61.599
Concessões governamentais	-	-	1.639	6.596
Equivalência patrimonial	94.309	(8.887)	638	-
Imposto de renda e contribuição social	-	1.620	73.867	(3.460)
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(2.209)	3.859
Perda no valor recuperável do imobilizado	-	-	24.725	-
Variações cambiais	1.623	(818)	17.446	(24.632)
Juros e encargos	(1.595)	(1.379)	20.673	9.283
Outras provisões	-	-	(4.732)	(1.377)
	-----	-----	-----	-----
	(6.776)	1.583	49.316	70.686
	-----	-----	-----	-----
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	594
Duplicatas a receber	-	-	46.034	1.503
Estoques	-	-	(163.889)	(45.892)
Adiantamento a fornecedores	(34)	26	(50.550)	(24.681)
Fornecedores	21	(58)	23.185	11.332
Outros	(22.783)	7.095	(32.631)	32.281
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades Operacionais	(29.572)	8.646	(128.535)	45.823
	-----	-----	-----	-----
Juros pagos	-	-	(14.989)	(4.652)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.429)	(1.395)	(8.426)	(8.885)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades Operacionais após juros e impostos	(31.001)	7.251	(151.950)	32.286
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos permanentes	(71.298)	-	(71.298)	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	(1.327)	(41.139)	(59.251)
No intangível	-	-	(25.720)	(416)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	61.383	-	63.623	2.699
Recebimentos de dividendos	1.656	9.120	1.656	11.051
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Empréstimos entre partes relacionadas	(1.280)	(30.915)	-	(203)
Instrumentos derivativos	-	-	(26.226)	(13.245)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.539)	(23.122)	(99.104)	(59.365)
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos entre empresas associadas	(122)	(265)	8.663	-
Pagamento de dividendos	(680)	(946)	(4.007)	(777)
Ingresso de novos empréstimos	17.458	2.100	479.807	106.903
Liquidação de empréstimos	-	(3.042)	(229.423)	(88.476)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	16.656	(2.153)	255.040	17.650
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa de controlada no exterior	-	-	(2.981)	665
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(23.884)	(18.024)	1.005	(8.764)
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	40.571	40.454	222.832	115.100
No fim do período	16.687	22.430	223.837	106.336
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(23.884)	(18.024)	1.005	(8.764)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.233.539	1.490.525
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(531)	(3.959)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	1.233.008	1.486.566
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(687.578)	(809.976)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.690)	(1.931)	(128.369)	(233.171)
Perda no valor recuperável do imobilizado	-	-	(24.725)	-
	-----	-----	-----	-----
	(2.690)	(1.931)	(840.672)	(1.043.147)
VALOR ADICIONADO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	(2.690)	(1.931)	392.336	443.419
RETENÇÕES				
Depreciação	(19)	(19)	(57.810)	(61.599)
Amortização	-	-	(175)	-
	-----	-----	-----	-----
	(19)	(19)	(57.985)	(61.599)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	-----	-----	-----	-----
	(2.709)	(1.950)	334.351	381.820
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(94.309)	8.887	(638)	-
Receitas financeiras	7.960	6.752	18.772	11.929
Variação cambial ativa	(2.915)	3.394	(7.646)	4.263
Royalties	-	-	5.227	4.423
	-----	-----	-----	-----
	(89.264)	19.033	15.715	20.615
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	-----	-----	-----	-----
	(91.973)	17.083	350.066	402.435
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	2.380	1.339	191.698	207.556
Impostos, taxas e contribuições	838	3.002	204.275	130.498
Remuneração de capitais de terceiros	5.941	1.714	94.809	45.563
Remuneração de capitais próprios	(101.132)	11.028	(140.716)	18.818
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	-----	-----	-----	-----
	(91.973)	17.083	350.066	402.435

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objetivo social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação “CTNM3 e CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a SGPSA adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”). Essas empresas formam o maior complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho do mundo, com unidades de produção no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e no México.

A Companhia também conta com fortes marcas, tais como Springmaid, Wamsutta, Regal, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A..

A partir de 30 de abril de 2009, a Springs passou a controlar a Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”) com 64,7% de seu capital. A SRPSA é uma empresa holding que possui 100% das cotas do capital social da MMartan, empresa voltada para o varejo de cama, mesa e banho, cujos produtos possuem alto valor agregado.

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense, uma companhia aberta que tem por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2011.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e estão identificadas como “Controladora”. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações contábeis intermediárias separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;

ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e

iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram os mesmos adotados em suas demonstrações financeiras anuais e são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com

o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação

patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas investidas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido, também demonstrado como resultado abrangente.

(j) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como

despesas quando incorridos.

(k) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(l) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38% de acordo com a legislação vigente em cada país.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(r) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(s) Remuneração por ações--Os instrumentos cuja liquidação é efetuada através de ações de emissão da Companhia são mensurados ao valor justo das opções na data da outorga e a despesa é reconhecida linearmente ao longo do período pelo qual os benefícios foram adquiridos ("vesting period").

(t) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(x) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(y) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	30.06.2011	31.12.2010
Coteminas International Ltd.	100	100
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (Sucursal Argentina)	100	100
Springs Global Participações S.A.	68	68
Oxford Comércio e Participações S.A.	59	59
American Sportswear Ltda.	-	100
Companhia Tecidos Santanense	53	53

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada Springs Global Participações S.A., controladora da Coteminas S.A. e Springs Global US, Inc., com 100% do capital social de ambas as Companhias, e controladora da SRPSA com 64,7% do capital social, foram incluídas no processo de consolidação a partir de

suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da Companhia Tecidos Santanense com 85,91% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2011	2010
Taxa fechamento:		
31 de dezembro	-	1,6662
30 de junho	1,5611	1,8015
Taxa média:		
31 de março (3 meses)	1,6544	1,8223
30 de junho (3 meses)	1,5714	1,7829
30 de junho (6 meses)	1,6129	1,8026

2.5 – Informações comparativas

A Companhia adotou as IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Na transição das demonstrações financeiras para as IFRS, foi identificado ajuste ao patrimônio líquido referente a deságio apurado em participação societária, no valor de R\$14.851 que representou os seguintes efeitos: (i) Imposto de renda diferido R\$5.051 (ii) Reserva de lucros R\$6.110 e; (iii) Participação de acionistas não controladores R\$3.690. Não houve efeito no resultado. As reclassificações efetuadas na demonstração de resultado do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2010 foram as seguintes:

	Consolidado					
	Trimestre findo em 30.06.2010			Semestre findo em 30.06.2010		
	Valores originalmente apresentados	Reclassificação	Valores reclassificados	Valores originalmente apresentados	Reclassificação	Valores reclassificados
Receita operacional líquida	677.421	(3.221)	674.421	1.343.165	(7.112)	1.336.053
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros (a)	(12.742)	3.221	(9.521)	(26.943)	7.112	(19.831)

(a) Descontos concedidos: Em conexão com a adoção do CPC30 "Receitas", a Companhia revisou a classificação de determinados descontos concedidos à clientes, reclassificando os valores para a rubrica "receita operacional líquida".

2.6 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 2011 ou obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 7	Divulgações – transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos – recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis intermediárias a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Fundo de renda variável – DI	828	1.060	828	2.647
CDB – pós-fixado	-	25.455	-	25.455
Operações compromissadas	-	-	112.144	113.831
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	3.774	6.972
Depósitos no exterior	-	-	55.058	49.500
Depósitos em contas correntes	4.734	3.211	33.540	8.424
	-----	-----	-----	-----
	5.562	29.726	205.344	206.829
	=====	=====	=====	=====

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Fundo DI	11.125	10.845	11.125	10.845
Fundo de investimento – US\$	-	-	7.294	5.080
Depósito restrito (*)	-	-	74	78
Depósitos no exterior	-	-	20.449	21.826
	-----	-----	-----	-----
	11.125	10.845	38.942	37.829
Circulante	(11.125)	(10.845)	(18.493)	(16.003)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	20.449	21.826
	=====	=====	=====	=====

(*) A controlada indireta SGUS possui depósitos restritos, em instituições financeiras, no valor total de US\$47 mil (US\$47 mil em 31 de dezembro de 2010) na condição de “Compensating balance arrangement”.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Cientes no mercado interno	411.472	452.857
Cientes no mercado externo	120.218	112.816
Operadoras de cartão de crédito	43.036	47.872
Empresas associadas		
Mercado interno	752	1.594
Mercado externo	4.886	7.216
	-----	-----
	580.364	622.355
Provisão para devedores duvidosos	(36.931)	(38.336)
	-----	-----
	543.433	584.019
	=====	=====

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 81 dias (72 dias em 31 de dezembro de 2010). Em 30 de junho de 2011, os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado, pela Administração, suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

As vendas a prazo realizadas pela controlada indireta MMartan são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de créditos cedidos pelas administradoras de cartões de créditos. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 30 de junho de 2011, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram R\$43.035, em um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$1.824 utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

Foi efetuado ajuste a valor presente, no valor de R\$860 para as contas a receber decorrente de acordo de parcelamento de duplicatas vencidas. O ajuste a valor presente equivale aos juros embutidos nas parcelas acordadas com o cliente, mantendo-se os valores originais das duplicatas.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. As controladas da Companhia possuem juntas mais de 11.800 clientes ativos em 30 de junho de 2011.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o semestre findo em 30 de junho de 2011.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidado é como segue:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Saldo no início do período	(38.336)	(37.477)
Adições do período	(63)	(2.336)
Baixas	599	922
Variação cambial	869	555
	-----	-----
Saldo no final do período	(36.931)	(38.336)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Matéria-prima e secundários	182.946	140.367
Produtos em elaboração	201.083	150.874
Produtos acabados	312.064	257.094
Peças de reposição	65.242	63.881
	-----	-----
	761.335	612.216
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerado suficiente para cobrir perdas com estoques descontinuados e ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>30.06.2011</u>
Matéria-prima e secundários	(822)	-	78	2	(742)
Produtos em elaboração	(628)	-	43	35	(550)
Produtos acabados	(14.232)	(19.533)	-	1.390	(32.375)
Peças de reposição	(1.350)	-	-	-	(1.350)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(17.032)	(19.533)	121	1.427	(35.017)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Fornecedores diversos	138	105	112.269	58.286
Fornecedores de energia elétrica	-	-	7.719	10.143
	-----	-----	-----	-----
	138	105	119.988	68.429
Total no ativo circulante	(138)	(105)	(113.383)	(59.426)
	-----	-----	-----	-----
Total no ativo não circulante	-	-	6.605	9.003
	=====	=====	=====	=====

A controlada indireta CSA possui contrato de compra e venda de energia elétrica com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, firmado em 26 de agosto de 2004 para fornecimento de energia até dezembro de 2012. Em 10 de janeiro de 2005 foi efetuado adiantamento de R\$58.314.

Mensalmente a CESP efetua os faturamentos pelo valor vigente, a controlada indireta CSA amortiza o adiantamento pelo custo histórico e o valor excedente é contabilizado como redução de custo. Em 30 de junho de 2011, o saldo apresentado no ativo circulante é de R\$4.834 (R\$4.861 em 31 de dezembro de 2010) e no ativo não circulante é de R\$2.885 (R\$5.282 em 31 de dezembro de 2010).

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2010
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A.	1.474.383	68,44	(148.646)	1.009.068	1.115.114	(101.733)	3.486
Oxford Comércio e Participações S.A.	179.652	58,88	10.607	105.779	101.127	6.235	4.314
Coteminas International Ltd.	7.491	100,00	(472)	7.491	8.509	(472)	887
Companhia Tecidos Santanense	214.501	2,07	12.384	4.440	4.180	259	177
American Sportswear Ltda.	-	100,00	2.046	-	1.735	2.046	-
Coteminas (Sucursal Argentina)	330	100,00	(6)	330	369	(6)	23
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				1.127.108	1.231.034	(93.671)	8.887
				=====	=====	=====	=====
Investimento em coligada:							
Cantagalo General Grains S.A.	235.536	30,00	19.242	70.660	-	(638)	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligada				70.660	-	(638)	-
				=====	=====	=====	=====

Em 7 de maio de 2011, a Companhia, contribuiu em aumento de capital da Cantagalo General Grains S.A., sociedade anônima brasileira recentemente constituída ("CGG"), determinados imóveis rurais de titularidade da Companhia localizados nos Estados de Mato Grosso e Goiás, com uma área total de aproximadamente 11 mil hectares.

Em decorrência da transação acima referida, e de aumentos de capital subsequentes de outros acionistas da Cantagalo, respectivamente Agrícola Estreito S.A. e GFN Agrícola e Participações S.A, a Companhia passou a deter diretamente uma participação acionária

equivalente a 30% do capital social votante e total da CGG.

9. IMOBILIZADO

Os saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Taxa (*) %	30.06.2011			31.12.2010
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,7	32.665	(6.268)	26.397	26.894
Edifícios	2,5	506.415	(177.832)	328.583	338.260
Instalações	6,0	256.606	(136.962)	119.644	115.719
Equipamentos	6,3	1.529.072	(994.221)	534.851	575.022
UHE - Porto Estrela (**)	2,2	37.401	(7.864)	29.537	29.929
Usinas	-	12.672	(3.978)	8.694	8.986
Móveis e utensílios	8,4	39.873	(29.496)	10.377	10.824
Veículos	17,5	23.953	(19.427)	4.526	4.652
Computadores e periféricos	14,0	56.900	(48.986)	7.914	8.443
Obras em andamento	-	69.429	-	69.429	80.114
Adiantamentos a fornecedores	-	10.674	-	10.674	8.486
Outros	10,6	85.617	(71.080)	14.537	4.424
		-----	-----	-----	-----
		2.661.277	(1.496.114)	1.165.163	1.211.753
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2010	Adições	Baixas	Transferên- cias	Impairment	Varição cambial	30.06.2011
Terrenos e benfeitorias	32.586	687	(50)	-	-	(558)	32.665
Edifícios	516.119	929	(2.726)	6.448	(8.269)	(6.086)	506.415
Instalações	246.431	385	(10)	10.059	-	(259)	256.606
Equipamentos	1.557.089	5.217	(14.452)	10.919	(10.316)	(19.385)	1.529.072
UHE – Porto Estrela	37.379	23	-	-	-	-	37.401
Usinas	12.672	-	-	-	-	-	12.672
Móveis e utensílios	40.479	353	(315)	441	-	(1.085)	39.873
Veículos	25.427	682	(1.611)	321	-	(866)	23.953
Computadores e periféricos	59.182	987	(967)	209	-	(2.511)	56.900
Obras em andamento	80.114	29.344	(352)	(38.956)	-	(721)	69.429
Adiantamentos a fornecedores	8.486	2.409	-	-	-	(221)	10.674
Outros	80.560	171	(845)	10.559	-	(4.829)	85.616
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.696.524	41.187	(21.328)	-	(18.585)	(36.521)	2.661.277
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2010	Adições	Baixas	Transferên- cias	Varição cambial	30.06.2011
Terrenos e benfeitorias	(5.692)	(832)	50	-	206	(6.268)
Edifícios	(177.859)	(5.792)	2.459	(3)	3.363	(177.832)
Instalações	(130.712)	(6.501)	8	166	77	(136.962)
Equipamentos	(982.067)	(40.187)	12.349	(155)	15.839	(994.221)
UHE - Porto Estrela	(7.450)	(414)	-	-	-	(7.864)
Usinas	(3.686)	(292)	-	-	-	(3.978)
Móveis e utensílios	(29.655)	(996)	237	(73)	991	(29.496)
Veículos	(20.775)	(933)	1.518	(54)	817	(19.427)
Computadores e periféricos	(50.739)	(1.558)	958	125	2.228	(48.986)
Outros	(76.136)	(304)	650	(6)	4.716	(71.080)
	<u>(1.484.771)</u>	<u>(57.809)</u>	<u>18.229</u>	<u>-</u>	<u>28.237</u>	<u>(1.496.114)</u>

As controladas indiretas da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da CSA e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da SGUS que tiveram suas operações encerradas. Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$24.473 (R\$32.423 em 31 de dezembro de 2010) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

Em 30 de junho de 2011, as controladas indiretas da Companhia possuíam provisão para uma provável perda de R\$60.533 (R\$37.504 em 31 de dezembro de 2010), para redução no valor recuperável de equipamentos que não apresentavam perspectiva de recuperação futura que ainda estão em operação e também sobre os ativos disponíveis para venda.

10. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	21.887	23.247
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	27.303
Marcas	16.298	16.298
Pontos comerciais (luvas)	35.593	9.875
Outros	24	24
Total	<u>101.105</u>	<u>76.747</u>

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2010 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado

incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 15,5% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Os testes realizados para os saldos de ágio não apresentaram perdas por não recuperabilidade.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Saldos em 31.12.2010	Varição cambial	Adições no período	Saldos em 30.06.2011
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	23.247	(1.360)	-	21.887
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.298	-	-	16.298
Pontos comerciais (luvas)	9.875	-	25.718	35.593
Outros	24	-	-	24
	-----	-----	-----	-----
Total	76.747	(1.360)	25.718	101.105
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

11. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no primeiro semestre de 2011 foi de R\$13.557 (R\$17.199 no primeiro semestre de 2010). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no primeiro semestre de 2011 foi de R\$1.140 (R\$1.289 no primeiro semestre de 2010).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	30.06.2011
2011 (*)	10.854
2012	20.126
2013	18.039
2014	16.253
2015	12.490

(*) 6 meses

A partir de 2015, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam

em diversas datas até 2030, totalizando R\$164.410.

Para o período de 2011 a 2013, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$2.952.

A controlada indireta SGUS possui provisão de R\$8.276 (R\$11.537 em 31 de dezembro de 2010), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$82.639 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Fornecedores no mercado interno	126.229	127.048
Fornecedores no mercado externo	113.884	91.497
	-----	-----
	240.113	218.545
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 33 dias (23 dias em 31 de dezembro 2010). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão), no valor de R\$87.907 (R\$83.799 em 31 de dezembro de 2010).

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				30.06.2011	31.12.2010
Pré-pagamento exportação:					
Banco Santander (Brasil) S.A.	US\$	Libor+1,20	2011	-	5.562
Banco Santander (Brasil) S.A. (a)	US\$	Libor+1,35	2013	33.073	44.119
Banco Itaú BBA S.A. (a)	US\$	Libor+1,35	2013	33.073	44.119
				-----	-----
				66.146	93.800
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	42.006	35.402
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	42.006	35.443
Banco do Brasil S.A.	R\$	IRP+10,81	2012	45.575	43.056
BNDES (Finame)	R\$	4,5 a 7,0	2020	8.938	3.935
Banco do Brasil S.A. (Exim)	R\$	7,0	2011	50.141	100.301
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	7,0	2011	25.071	25.075
Bradesco S.A. (Exim)	R\$	7,0	2011	25.071	25.075
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2011	39.764	45.426
Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	120 do CDI	2011	32.502	20.813
Banco Santander S.A.	R\$	CDI+0,20 a 0,29	2013	3.803	4.706
HSBC Bank Brasil	R\$	CDI+0,25	2013	6.091	7.062
HSBC Bank Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	CDI+0,126	2011	14.180	14.046
BNDES (Capital de giro)	R\$	TJLP+3,0	2014	11.409	13.321
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	118,9 do CDI	2011	7.528	8.389
Banco Votorantim S.A. (b)	R\$	11,25	2012	27.613	30.397
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	102 do CDI	2013	196.247	-
Outros	R\$	-	2013	124	276
				-----	-----
				578.069	412.723
Moeda estrangeira:					
JP Morgan	US\$	1,50	2012	20.449	21.826
Deutsche Bank (Securitização)	US\$	Libor+1,30	2011	56.668	43.213
Banco do Brasil - Finimp (c)	US\$	2,4	2012	31.895	-
Banco do Bradesco - Finimp (c)	US\$	2,5	2012	46.367	-
Banco Santander Brasil - Finimp (c)	US\$	2,7	2012	9.032	-
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	2.007	2.466
				-----	-----
				166.418	67.505
				-----	-----
Total				810.633	574.028
				-----	-----
Passivo circulante				(413.759)	(357.323)
				-----	-----
Passivo não circulante				396.874	216.705
				=====	=====

(a) Coordenadores líderes conjuntos e coordenadores da execução. Esses empréstimos prevêm hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destacam o descumprimento dos seguintes índices financeiros: (i) relação entre dívida líquida/EBITDA, máximo de 3,5 vezes; (ii) relação entre EBITDA/despesa financeira, mínimo de 2,0 vezes; e (iii) relação entre dívida líquida/patrimônio líquido, máximo de 0,6 vezes.

(b) Foi firmado contrato de swap de taxa de juros com Banco Votorantim com a finalidade de troca da taxa pré-fixada de 11,25 a.a., por 97% da variação do CDI (vide nota explicativa nº 21 d.5.1).

(c) Os empréstimos Finimp foram contratados em Dólares com swap para aproximadamente 91% do CDI (vide nota explicativa nº 21 d.5.1).

Para efeito dos índices financeiros, o cálculo da dívida não inclui as dívidas com empresas ligadas e são calculados com base nos balanços da controlada indireta CSA e os componentes

considerados na apuração da dívida líquida e despesas financeiras são específicos e podem não coincidir com os valores das rubricas das demonstrações contábeis intermediárias.

Os empréstimos são garantidos por: (i) direitos de exportação, contratos, títulos de crédito e produtos a eles relacionados, para os financiamentos denominados “Pré-pagamento exportação”, (ii) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de São Gonçalo do Amarante, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia para os financiamentos denominados “Revitaliza”; e (iii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

Consolidado	2011	2012		2013	2014 a 2020	Total
		C. Prazo	L. Prazo			
Pré-pagamento exportação:						
Banco Santander (Brasil) S.A.	8.279	8.265	8.265	8.264	-	33.073
Banco Itaú BBA S.A.	8.279	8.265	8.265	8.264	-	33.073
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	16.558	16.530	16.530	16.528	-	66.146
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	4.116	4.134	4.134	8.266	21.356	42.006
BNDES (Revitaliza)	4.116	4.134	4.134	8.266	21.356	42.006
Banco do Brasil S.A.	-	45.575	-	-	-	45.575
BNDES (Finame)	97	326	470	1.119	6.926	8.938
Banco do Brasil S.A. (Exim)	50.141	-	-	-	-	50.141
Banco Itaú BBA S.A.	25.071	-	-	-	-	25.071
Bradesco S.A. (Exim)	25.071	-	-	-	-	25.071
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	39.764	-	-	-	-	39.764
Bradesco S.A. (Conta garantida)	32.502	-	-	-	-	32.502
Banco Santander S.A.	900	890	901	1.112	-	3.803
Banco HSBC	1.417	1.402	1.417	1.855	-	6.091
HSBC Bank Brasil S.A. (Conta garantida)	14.180	-	-	-	-	14.180
BNDES (Capital de giro)	1.902	1.902	1.902	3.802	1.901	11.409
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	7.528	-	-	-	-	7.528
Banco Votorantim S.A.	15.113	12.500	-	-	-	27.613
Banco do Brasil S.A. (NCI)	-	-	196.247	-	-	196.247
Outros	71	3	3	6	41	124
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	221.989	70.866	209.208	24.426	51.580	578.069
Moeda estrangeira:						
JP Morgan	-	-	20.449	-	-	20.449
Deutsche Bank (Securitização)	-	-	-	56.668	-	56.668
Banco do Brasil - Finimp	-	31.895	-	-	-	31.895
Banco do Bradesco - Finimp	-	46.367	-	-	-	46.367
Banco Santander Brasil - Finimp	-	9.032	-	-	-	9.032
Banco Francês	264	258	278	619	588	2.007
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	264	87.552	20.727	57.287	588	166.418
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	238.811	174.948	246.465	98.241	52.168	810.633
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, está representado como segue:

	<u>Nº de ações</u>
Ordinárias	43.531.958
Preferenciais	73.143.333

	116.675.291
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2010 e 30 de junho de 2011.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, na forma da lei, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía 1.100 ações ordinárias a um custo médio de R\$5,04 por ação (R\$4,90 mínimo e R\$5,05 máximo) e 121.800 ações preferenciais a um custo médio de R\$6,83 por ação (R\$4,95 mínimo e R\$8,59 máximo). O valor de mercado dessas ações em 30 de junho de 2011 é de R\$4,41 por ação ordinária e R\$4,25 por ação preferencial.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Companhias por Ações.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$687 equivalentes a R\$0,005896 por ação ordinária e preferencial. Os dividendos foram colocados à disposição dos acionistas a partir de 22 de junho de 2011.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Controladora:				
Wembley Sociedade Anônima	27.221	20.373	-	-
Coteminas International Ltd.	44.750	47.404	-	-
American Sportswear Ltda.	-	-	-	1.734
Coteminas S.A.	477	-	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	9	24	-	-
Cantagalo General Grains S.A.	-	3.565	-	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	279	91	-	-
Econorte Empresa Constr. Norte de Minas.	-	-	15	-
Ecopar Empr. De Com. E Part. Ltda.	-	-	3	-
	-----	-----	-----	-----
	72.736	71.457	18	1.734
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley Sociedade Anônima	27.221	20.373	1.561	-
Holtex Inc.	2.394	-	-	80
Cantagalo General Grains S.A.	-	3.565	-	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	279	91	-	-
Sant'ana Estilo Ltda.	18	18	-	-
Econorte Empresa Constr. Norte de Minas.	-	-	15	-
Ecopar Empr. De Com. E Part. Ltda.	-	-	3	-
Innotex	-	-	6.982	-
Seda Inc,	-	-	-	1.117
	-----	-----	-----	-----
	29.912	24.047	8.561	1.197
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros (consolidado)				
	-----		-----	
	30.06.2011	30.06.2010		
Wembley Sociedade Anônima	1.243	448		
Cantagalo General Grains S.A.	306	-		
Econorte Empresa Constr. Norte de Minas.	1	-		
	-----	-----		
	1.550	448		
	=====	=====		

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo. Os encargos, para controladas e associadas, foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI para empresas sediadas no Brasil mais 1,375% e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior).

A Companhia recebe comissão sobre aval de 1,3% a.a. de sua controlada indireta Companhia Tecidos Santanense. Em 30 de junho de 2011 esse valor representa R\$277 (R\$108 em 30 de junho de 2010), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$1.946 (R\$1.669 em 31 de dezembro de 2010) está consignado na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

Conforme previsto no acordo de acionistas da controlada SGPSA, a controlada indireta SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.491 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada indireta CSA deve

pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. No primeiro semestre de 2011, foram provisionados a esse título R\$1.189 (R\$1.335 no primeiro semestre de 2010), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$2.909 (R\$4.346 em 31 de dezembro de 2010) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante.

A controlada indireta CSA adquiriu a ex-controlada da Companhia, ASW, por R\$3.781, valor equivalente ao patrimônio líquido daquela controlada. Desse total, o valor de R\$1.725, será pago à vista por representar ativos de liquidez imediata, e o valor de R\$2.056, por se referirem à imposto de renda diferido, será pago quando de sua utilização pela ASW. Sobre os valores não incidem quaisquer encargos. Os saldos estão incluídos na rubrica “Créditos e valores a receber” no ativo não circulante.

A acionista minoritária da SRPSA, Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta MMartan firmaram contrato de locação do imóvel onde se situa o parque fabril e escritórios da controlada indireta MMartan. No primeiro semestre de 2011, foram pagos R\$1.200 (R\$1.200 no primeiro semestre de 2010) sob essa rubrica. A avaliação do imóvel e respectivo aluguel foi efetuada por empresa especializada e estão a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. DEBÊNTURES EMITIDAS POR CONTROLADA

Em Assembléia Geral Extraordinária da controlada indireta CSA, realizada em 24 de janeiro de 2006, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações da Coteminas S.A., para distribuição privada, nas condições abaixo, alteradas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2006:

Emissão:	24 de janeiro de 2006
Série:	Única
Quantidade:	50.057 Debêntures
Valor nominal na data de emissão:	R\$ 1
Remuneração:	Variação cambial mais juros equivalentes à taxa Libor de 3 meses, acrescida da sobretaxa de 3% ao ano;
Amortização dos juros:	Pagamentos trimestrais, com último vencimento para 21/06/2013.
Amortização do principal:	17 parcelas trimestrais e sucessivas, com primeiro vencimento para 21/06/2009 e último para 21/06/2013.

A totalidade das Debêntures foi subscrita pela Companhia. No ativo circulante, foram provisionados os juros pró-rata até 30 de junho de 2011 e as primeiras parcelas do principal no valor de R\$16.195 (R\$12.022 em 31 de dezembro 2010) e o saldo, registrado no ativo não circulante o valor de R\$8.765 (R\$14.033 em 31 de dezembro de 2010). No primeiro semestre de 2011, foram contabilizados juros de R\$572 (R\$994 no semestre findo em 30 de junho de 2010) e variação cambial devedora de R\$1.666 (R\$1.763 de variação cambial credora no mesmo período de 2010).

17. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto as unidades de Blumenau – SC e Acreúna – GO) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris das controladas estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Resultado antes dos impostos	(101.132)	12.648	(66.849)	15.358
Equivalência patrimonial	94.309	(8.887)	638	-
Lucro tributável de controlada no exterior	-	843	1.169	885
Receitas não tributadas - RTT	-	-	(19.890)	(17.807)
Diferenças permanentes de controlada no exterior	-	-	3.658	9.918
Outras, líquidas	712	211	5.578	1.167
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(6.111)	4.815	(75.696)	9.521
Alíquota de 34%	2.078	(1.637)	25.777	(3.237)
Redução do IR diferido SGUS	-	-	(79.740)	5.860
Créditos fiscais não constituídos	(2.079)	-	(21.388)	(390)
Incentivo fiscal redução SUDENE	-	-	673	569
Outros	1	17	811	658
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(1.620)	(73.867)	3.460
	-----	-----	-----	-----
Imposto corrente	-	(1.413)	(4.759)	(10.406)
Imposto diferido	-	(207)	(69.108)	13.866
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras e instrumentos derivativos. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 30 de junho de 2011, a controlada indireta CSA possuía R\$177.927 em prejuízos fiscais (R\$168.883 em 31 de dezembro de 2010) e R\$174,120 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$172.690 em 31 de dezembro de 2010), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2010	Reconhecidos no		Variação cambial	Outros	Saldos em 30.06.2011
		Patrimônio líquido	Resultado			
Ativo:						
Provisões dedutíveis somente quando realizadas	74.341	-	(54.719)	(3.537)	-	16.085
Prejuízo fiscal, líquido	63.422	-	(18.564)	(1.350)	2.058	45.566
Créditos fiscais de controladas no exterior	7.304	-	-	-	(171)	7.133
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	145.067	-	(73.283)	(4.887)	1.887	68.784
Passivo:						
Diferenças temporárias passivas	(4.457)	-	4.175	279	3	-
Deságio em investimentos	(5.051)	-	-	-	2	(5.049)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	135.559	-	(69.108)	(4.608)	1.892	63.735
Passivo não circulante	5.051	-	-	-	(2)	5.049
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	140.610	-	(69.108)	(4.608)	1.890	68.784
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
Ano	Ativo não circulante
2011	2.969
2012	10.076
2013	7.530
2014	14.427
2015 em diante	33.782

	68.784
	=====

O imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	12.321	14.327	74.285	74.202
Imposto de renda e contribuição social antecipados	6.237	7.036	26.140	17.011
PIS e COFINS a recuperar	8.209	8.209	13.407	16.837
IVA – Argentina	-	-	3.664	2.083
VAT – China e México	-	-	679	1.115
IPI a recuperar	1.779	1.779	2.942	2.358
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	3.562	3.562	3.654	3.654
Outros impostos a recuperar	-	-	3.296	3.888
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	32.108	34.913	128.067	121.148
	(11.117)	(13.922)	(66.806)	(56.445)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	20.991	20.991	61.261	64.703
	=====	=====	=====	=====

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$4.178 e R\$115 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Processos fiscais:				
Contribuição social	40.915	40.915	41.179	41.179
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.314	2.314	6.702	6.679
PIS e COFINS	1.320	1.320	4.589	4.589
IPI bandeira estrangeira	2.653	2.653	2.653	2.653
Outras	348	348	2.267	2.236
Trabalhistas	2.455	2.341	14.269	14.581
Cíveis e outras	13.846	13.846	17.958	18.080
	-----	-----	-----	-----
	63.851	63.737	93.934	94.314
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	77.580	77.465	106.416	106.211
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE.

CPMF – A sua controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI – A Companhia é pólo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia é pólo ativo em ações judiciais que questionam ECE – Encargo de Capacidade Emergencial e RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária cobrado em contas de Energia Elétrica. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2010	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2011
Processos fiscais:				
Contribuição social	41.179	-	-	41.179
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	6.679	23	-	6.702
PIS e COFINS	4.589	-	-	4.589
IPI bandeira estrangeira	2.653	-	-	2.653
Outras	2.236	31	-	2.267
Trabalhistas	14.581	1.943	(2.255)	14.269
Cíveis e outras	18.080	15	(137)	17.958
	-----	-----	-----	-----
	94.314	2.012	(2.392)	93.934
	=====	=====	=====	=====

19. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de junho de 2011 e 2010:

	Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	63	124
Custo do juros	2.023	2.556
Retorno sobre os ativos	(713)	(799)
	-----	-----
Custo líquido do benefício	1.373	1.881
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 60% em investimentos de renda variável e 40% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Provisão para plano de pensão	57.950	64.088
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	813	1.092
Outras provisões de benefícios a funcionários	9.353	10.688
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	68.116	75.868
Circulante (b)	(6.146)	(6.559)
	-----	-----
Não circulante	61.970	69.309
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS retirou-se do plano. A provisão em 31 de dezembro de 2010 representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

20. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Companhia Vale do Rio Doce, em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da controlada, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e os demais consorciados pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo:

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	4.354	416.591	678.445

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga, 33,33%, a valor presente, considerando uma taxa de juros de 4% a.a., atualizada pelo IGPM. Em 30 de junho de 2011, esse valor representava R\$65.631 (R\$63.992 em 31 de dezembro de 2010).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de junho de 2011, somam R\$29.537 (R\$29.929 em 31 de dezembro de 2010) (vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da controlada indireta CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais -- a Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo -- o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2011		31.12.2010		30.06.2011		31.12.2010	
	Valor contábil	Valor justo						
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	5.562	5.562	29.726	29.726	205.344	205.344	206.829	206.829
Títulos e valores mobiliários	11.125	11.125	10.845	10.845	18.493	18.493	16.003	16.003
Duplicadas a receber	-	-	-	-	543.433	543.433	584.019	584.019
Debêntures emitidas por controlada (b)	16.195	16.195	12.022	12.022	-	-	-	-
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	-	-	7.087	7.087
Outros créditos a receber	30.213	30.213	8.965	8.965	43.789	43.789	25.124	25.124
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	20.449	20.449	21.826	21.826
Partes relacionadas	72.736	72.736	71.457	71.457	29.912	29.912	24.047	24.047
Debêntures emitidas por controlada (b)	8.765	8.765	14.033	14.033	-	-	-	-
Créditos e valores a receber	3.781	3.781	-	-	6.176	6.176	7.324	7.324
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (b)	17.458	17.458	-	-	413.759	413.759	357.323	357.323
Fornecedores	99	99	78	78	240.113	240.113	218.545	218.545
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	9.162	9.162	12.030	12.030
Outras contas a pagar	1.653	1.653	1.767	1.767	53.201	53.201	51.400	51.400
NÃO CIRCULANTE:								
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos (b)	-	-	-	-	396.874	396.874	216.705	216.705
Partes relacionadas	18	18	1.734	1.734	8.561	8.561	1.197	1.197
Concessões governamentais	-	-	-	-	65.631	65.631	63.992	63.992
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	-	-	32	32
Outras obrigações	-	-	-	-	24.350	24.350	38.822	38.822

(a) Os valores justos dos instrumentos derivativos são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos, portanto, classificados como nível II de informação.

(b) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros -- Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e Recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Operações com instrumentos financeiros derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos -- A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos -- Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio -- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Em Reais	75.734	236.630
	-----	-----
Em milhares de Dólares equivalentes	48.513	142.018
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.775	6.972
Duplicatas a receber	90.929	80.050
Fornecedores, líquidos	(10.350)	(2.174)
Financiamentos	(66.146)	(93.800)
Partes relacionadas	44.750	37.933
	-----	-----
Total da exposição em Reais	62.958	28.981
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	40.329	17.394
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte americanos já contratados em 30 de junho de 2011 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2011	Baixa do Dólar	43.428	301	(16.722)	(33.747)
2012	Baixa do Dólar	(21.177)	(3.160)	5.894	14.949
2013	Baixa do Dólar	(10.588)	(2.798)	2.034	6.866
2015	Baixa do Dólar	28.666	17.697	2.085	(13.526)
		-----	-----	-----	-----
		40.329	12.040	(6.709)	(25.458)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Contratos de Opções (1) -- Posição lançadora: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$2,20 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 11 contratos de US\$5.000 mil cada com vencimentos mensais a partir de out/10 até ago/11	10.000	40.000	-	(197)
Contratos a termo (NDF) (2) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$1,8033 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$70.000 mil com vencimento em abril/11	-	70.000	-	(5.095)
Contratos a termo (NDF) (3) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$1,7835 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$56.290 mil com vencimento em jan/11	-	56.290	-	(6.588)
Total passivo circulante			-	(11.880)

(1) Contratos de opções -- são registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos foi obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios. Se o valor do Dólar, nas datas de vencimento dos contratos, for maior que R\$2,20, a Companhia terá de pagar essa diferença a maior, multiplicada pelo volume de Dólares do respectivo contrato. A diferença para um Dólar menor do que R\$2,20 não se constituirá em receita.

(2) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas -- são classificados e registrados pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade pode ser mensurada pelas importações de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos. Tem seus ganhos e perdas não realizados (líquido dos impostos no caso de ganhos) registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

(3) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) financiamentos -- são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no de fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Dólares, previstos para as datas de vencimento dos contratos até janeiro de 2011. Tem seus ganhos e perdas reconhecidos no resultado em contraposição às variações

cambiais dos financiamentos. Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estão sujeitos a depósitos de margem. No trimestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio foi uma despesa de R\$11.878 (receita de R\$32.310 no semestre findo em 30 de junho de 2010), contabilizados na rubrica "Variações cambiais líquidas".

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão) -- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Abaixo o resumo dos instrumentos derivativos com risco de "commodities":

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo circulante	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Contratos de opção de compra de algodão -- Posição: Comprada Moeda: US\$ corrente Contraparte: Macquarie Outras informações: Contratos totalizando 48,5 milhões de libras peso com vencimentos em jun/11 e dez/11	98.995 =====	79.950 =====	(6.354) =====	7.087 =====

A controlada indireta SGUS possui instrumento de hedge financeiro composto por compras de opções de compra (Calls) e venda de opções de venda (Puts) resultando em hedge de compra sem alavancagem, relativo ao volume de 84,4 milhões de libras peso (equivalentes a aproximadamente 38 mil toneladas), de algodão a preços que variam entre US\$88,50/lb e US\$137,00/lb consideradas as condições de mercado em 30 de junho de 2011.

Vencimento	Risco	Volume contratado em libras peso	Cenários em US\$ mil		
			Provável	II	III
Nov-11	Baixa	25,000,000	2.273	319	(4.273)
Nov-11	Baixa	13,500,000	(546)	(3.563)	(7.475)
Nov-11	Baixa	25,000,000	(2.841)	(8.000)	(8.000)
Jun-12	Baixa	20,850,000	(2.956)	(7.901)	(13.288)
		84,350,000 =====	(4.070) =====	(19.145) =====	(33.036) =====
			Valores equivalentes em R\$ mil		
			(6.354) =====	(29.887) =====	(51.572) =====

Cenário “Provável” representa o resultado do instrumento de hedge financeiro em 30 de junho de 2011, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados e o mercado estável. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração dos preços futuros de algodão em 25% e 50% respectivamente.

As cotações dos instrumentos financeiros foram obtidas com base nas informações de mercado divulgadas pela ICE – International Cotton Exchange e validadas com a contraparte da operação.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado com derivativos de “commodities” foi uma despesa de R\$12.319, contabilizados na rubrica “Variações cambiais líquidas”. No semestre findo em 30 de junho de 2010, a Companhia não obteve resultados com instrumentos financeiros derivativos – “commodities”.

d.5 - Risco de taxa de juros – O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nºs 13, 15 e 16. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de taxa de juros no financiamento junto ao Banco Votorantim e contratos Finimp.

As principais informações sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	30.06.2011			31.12.2010		
	Valor de referência (Nocional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)	Valor de referência (Nocional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)
Contrato de Swap -- (a) Posição passiva: 97% do CDI Posição ativa: 11,25% pré Contraparte: Banco Votorantim S.A. Outras informações: 12 vencimentos mensais a partir de junho/2011 até maio/2012	27.500	-	-	30.000	(182)	(182)
Contrato de Swap -- (b) Posição passiva: 91% do CDI Posição ativa: US\$ + 2,4% a 2,7% Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: 2012	20.450	(945)	(945)	-	-	-
Contrato de Swap -- (b) Posição passiva: 91% do CDI Posição ativa: US\$ + 2,4% a 2,7% Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: 2012	35.575	(1.863)	(1.863)	-	-	-
	----- 83.525 =====	----- (2.808) =====	----- (2.808) =====	----- 30.000 =====	----- (182) =====	----- (182) =====

(a) Contrato de swap de taxa de juros – Foi designado e registrado pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade se baseia no de fluxo de caixa do financiamento obtido junto às contrapartes, cujas datas de vencimento dos contratos vão até maio de 2012. Tem seus ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste

de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. Os valores provisionados correspondem ao valor justo desse derivativo e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa de juros futura nas datas de vencimento e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

O derivativo é negociado em mercado de balcão, registrado na CETIP e não está sujeito a depósito de margem. Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, não houve resultado com esse derivativo.

A análise de sensibilidade desse instrumento derivativo em 30 de junho de 2011 está assim resumida:

Vencimento	Risco	Principal	Cenários		
			Provável	II	III
2011	Alta do CDI	15.000	-	(390)	(668)
2012	Alta do CDI	12.500	-	(125)	(214)
	Alta do CDI	27.500	-	(515)	(882)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados, contrapondo-os com a taxa fixa de 11,25% a.a.. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do “CDI” foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

(b) Contrato de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no de fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Doláres - Finimp, previstas para as datas de vencimento dos contratos até junho de 2012. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “despesas financeiras – juros e encargos”. Os valores provisionados correspondem ao valor justo desse derivativo e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa de juros futura nas datas de vencimento e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estão sujeitos a depósito de margem. Em 30 de junho de 2011 o resultado com esses derivativos foi de R\$2.808. No semestre findo em 30 de junho de 2010, não houve resultado com derivativos dessa natureza.

A análise de sensibilidade dos instrumentos derivativos em 30 de junho de 2011 está assim resumida:

Vencimento	Risco	Principal	Cenários		
			Provável	II	III
2011	Alta do CDI	20.450	(945)	(1.646)	(2.375)
2012	Alta do CDI	35.575	(1.863)	(3.180)	(4.406)
		-----	-----	-----	-----
	Alta do CDI	56.025	(2.808)	(4.826)	(6.781)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do “CDI” foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito -- A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez – A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Em 30 de junho de 2011 não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital -- A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Empréstimos e financiamentos	17.458	-	810.633	574.028
Instrumentos derivativos	-	-	9.162	4.976
Caixa e equivalentes de caixa	(5.562)	(29.726)	(205.344)	(206.829)
Títulos e valores mobiliários	(11.125)	(10.845)	(38.942)	(37.829)
	-----	-----	-----	-----
Total do (caixa) dívida líquida	771	(40.571)	575.509	334.346
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.385.017	1.490.967	1.969.764	2.118.380
	-----	-----	-----	-----
Total do (caixa) dívida líquida e patrimônio líquido	1.385.788	1.450.396	2.545.273	2.452.726
	=====	=====	=====	=====

22. REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

Antes da constituição da Companhia, a controlada indireta SGUS administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da própria Companhia. Nessa data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir.

Encontra-se, abaixo, um resumo das opções de ações:

	Opções existentes	Média ponderada de preço de exercício
Existentes e exercíveis em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010	644.228	R\$24,28
	=====	=====

A tabela a seguir resume as informações sobre as opções de ações existentes em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

30.06.2011			31.12.2010		
Preço de exercício R\$	Opções existentes	Média ponderada da vida contratual remanescente	Preço de exercício R\$	Opções existentes	Média ponderada da vida contratual remanescente
15,51	77.400	0,74 ano	15,51	77.400	1,24 ano
25,48	566.828	0,75 ano	25,48	566.828	1,25 ano
-----	-----		-----	-----	
24,28	644.228		24,28	644.228	
=====	=====		=====	=====	

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular

pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem dois segmentos operacionais.

A controlada SGPSA em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos), que eram (em demonstrações contábeis intermediárias publicadas anteriormente) chamados de “segmentos de mercado”, como: fashion bedding; banho; utility bedding; produtos intermediários; e outros.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos. Apenas a controlada indireta MMartan, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte. O volume de vendas e ativos dessa controlada não a classifica para que informações por segmento sejam prestadas.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

	30.06.2011 – Consolidado			
	Produtos para o lar	Brins	Outras (*)	Total
Vendas líquidas	920,2	190,6	(33,3)	1.077,5
Custo dos produtos vendidos	(734,8)	(146,2)	33,3	(847,7)
Lucro bruto	185,4	44,4	-	229,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(169,5)	(23,9)	(11,8)	(205,2)
Outros	(37,7)	0,8	0,5	(36,4)
Resultado operacional	(21,8)	21,3	(11,3)	(11,8)
Resultado financeiro	(53,9)	(4,5)	3,4	(55,0)
Resultado antes dos impostos	(75,7)	16,8	(7,9)	(66,8)
Depreciação e amortização	52,1	4,8	1,1	58,0
Total de ativos	2.738,7	336,8	343,4	3.418,9
Total de passivos	(1.244,5)	(122,4)	(82,2)	(1.449,1)
Total de ativos líquidos	1.494,2	214,4	261,2	1.969,8

	30.06.2010 – Consolidado			
	Produtos para o lar	Brins	Outras (*)	Total
Vendas líquidas	1.198,5	146,3	(8,8)	1.336,0
Custo dos produtos vendidos	(1.007,4)	(110,4)	8,8	(1.109,0)
Lucro bruto	191,1	35,9	-	227,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(180,9)	(20,8)	(7,0)	(208,7)
Outras, líquidas	(2,9)	-	1,3	(1,6)
Resultado operacional	7,3	15,1	(5,7)	16,7
Resultado financeiro	(8,7)	(3,1)	10,4	(1,4)
Resultado antes dos impostos	(1,4)	12,0	4,7	15,3
Depreciação e amortização	56,1	4,3	1,2	61,6
Total de ativos	2.684,0	309,0	331,7	3.324,7
Total de passivos	(1.036,4)	(107,0)	(62,9)	(1.206,3)
Total de ativos líquidos	1.647,6	202,0	268,8	2.118,4

(*) Refere-se a eliminação de vendas entre partes relacionadas e despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais.

A Administração da Companhia e de suas controladas também gerenciam seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina, Canadá e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica (expresso em milhões de Reais):

	30.06.2011			30.06.2010		
	Brasil	Outros países	Total	Brasil	Outros países	Total
Vendas líquidas	618,2	459,3	1.077,5	629,0	707,0	1.336,0
Custo dos produtos vendidos	(427,1)	(420,6)	(847,7)	(467,2)	(641,8)	(1.109,0)
Lucro bruto	191,1	38,7	229,8	161,8	65,2	227,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(147,2)	(58,0)	(205,2)	(137,6)	(71,1)	(208,7)
Equivalência patrimonial	(0,6)	-	(0,6)	-	-	-
Outras, líquidas	2,4	(38,2)	(35,8)	(2,4)	0,8	(1,6)
Resultado operacional	45,7	(57,5)	(11,8)	21,8	(5,1)	16,7
Resultado financeiro	(37,8)	(17,2)	(55,0)	3,0	(4,4)	(1,4)
Resultado antes dos impostos	7,9	(74,7)	(66,8)	24,8	(9,5)	15,3
Depreciação e amortização	46,3	11,7	58,0	39,7	21,9	61,6

A controlada SGPSA em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos), anteriormente chamados pela Administração de “segmentos de mercado”, como: fashion bedding; banho;

utility bedding; produtos intermediários; e outros. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Fashion bedding	364,5	467,4
Banho	145,9	251,4
Utility bedding	89,1	136,1
Produtos intermediários	302,8	307,6
Outros	175,2	173,5
	-----	-----
	1.077,5	1.336,0
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Fashion bedding	18,5	28,0
Banho	8,9	19,6
Utility bedding	11,2	16,4
Produtos intermediários	23,1	35,4
	-----	-----
	61,7	99,4
	=====	=====

A Companhia possui mais de 11.800 clientes ativos em 2011 e apenas 1 cliente concentra vendas maiores de 10% das vendas líquidas, representando um total de R\$170,7 milhões em vendas na categoria de "Outros países" no semestre.

24. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	860.416	1.055.755
Benefícios a empregados	191.698	207.556
INSS	35.951	35.654
Depreciação e amortização	57.985	61.599
Varição dos estoques de produtos acabados e em processo	(138.103)	(72.254)
Varição cambial nos estoques de controlada no exterior	11.837	(5.127)
Outros custos e despesas	33.105	34.503
	-----	-----
	1.052.889	1.317.686
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
Custo dos produtos vendidos	847.749	1.109.019
Vendas	122.025	122.663
Gerais e administrativas	77.951	81.589
Honorários da administração	5.164	4.415
	-----	-----
	1.052.889	1.317.686
	=====	=====

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	1.304.705	1.587.418
Deduções das vendas	(227.167)	(251.365)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.077.538	1.336.053
	=====	=====

26. OUTRAS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
Provisão para perdas no valor recuperável do imobilizado (Impairment)	(24.725)	-
Resultado na alienação do ativo imobilizado	(531)	(3.959)
Gastos com reestruturação (operação americana)	(7.715)	(1.497)
Outros	(2.854)	3.866
	-----	-----
	(35.825)	(1.590)
	=====	=====

27. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(101.132)	11.028
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	43.530.858	43.531.958
Preferenciais	73.021.533	73.042.533
	-----	-----
	116.552.391	116.574.491
	=====	=====
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	(37.772)	4.118
Ações preferenciais	(63.360)	6.910
	=====	=====
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	(0,8677)	0,0946
Ações preferenciais – R\$	(0,8677)	0,0946
	=====	=====

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações emitidas, menos as ações em tesouraria, sendo 1.100 ações ON e 121.800 ações PN.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

A controlada SGPSA divulgou fato relevante em 12 de agosto de 2011, comunicando que celebrou contrato pelo qual, verificadas certas condições e obtidas as aprovações societárias necessárias, a controlada SGPSA passará a ser a titular de 100% das quotas em que se divide o capital social da MMartan Têxtil Ltda. (“MMartan”), cujo controle foi comprado pela SGPSA em 2009, conforme divulgado através dos fatos relevantes datados de 3 de abril de 2009 e 5 de maio de 2009.

A participação remanescente na controlada indireta Springs e Rossini Participações S.A. (“Springs e Rossini”), sociedade cujo único ativo é a totalidade das quotas representativas do capital social da MMartan, será parcialmente adquirida com o pagamento de R\$30.000.000,00, à prazo, e as ações remanescentes incorporadas pela SGPSA, com a emissão de 5 milhões de novas ações, incorporação essa a ser proposta pela administração da SGPSA aos seus acionistas no futuro próximo, quando serão divulgadas e colocadas à disposição daqueles acionistas todas as informações requeridas pela Lei nº 6.404/76 e pela regulamentação aplicável, especialmente as Instruções CVM 319/99 e 481/09. A aprovação da incorporação pelos acionistas da SGPSA é condição para a concretização, inclusive, da compra e venda, tal como contratada.

A SGPSA e a MMartan manterão suas respectivas linhas de produtos e estratégias de atuação no mercado e as sócias fundadoras da MMartan continuarão a contribuir diretamente para os negócios da MMartan através da participação em um conselho que se dedicará à operação de varejo da Springs.

* * * * *